

**RELATÓRIO DA AUDITORIA ÀS CONTAS  
DA  
FIC - ZONA FRANCA COMERCIAL DE CABO VERDE, SA  
ANO DE 2018**

**I. SUMARIO**

**1.1 CONTEXTO DA AUDITORA**

- 1.1.1 A FIC - ZONA FRANCA COMERCIAL DE CABO VERDE, SA é uma sociedade anónima, de direito privado, com capital social 100% público: Estado (80%) e Cabo Verde Trade Invest (20%). O objecto social é a realização de feiras e eventos internacionais bem assim a gestão de Zonas Francas Comerciais. A sede é em Mindelo, São Vicente.
- 1.1.2 Tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial pelo que, para cumprir o seu objecto social tem de angariar os seus próprios recursos.
- 1.1.3 A FIC é gerida por um Conselho de Administração, mantém contabilidade organizada de acordo com o normativo nacional, tem a seu serviço uma Contabilista Certificada pela OPACC e um Fiscal Único que também é um Auditor Certificado.
- 1.1.4 É um contribuinte fiscal do regime normal, com o NIF 200488740. Presta contas da sua actividade ao Ministério das Finanças através da UASEE – Unidade de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado.
- 1.1.5 No âmbito da apresentação do Relatório & Contas de 2018, na Assembleia-geral realizada a 17 de Maio p.p., o accionista ESTADO, recomendou que as contas de 2018 fossem auditadas por uma entidade independente.
- 1.1.6 É neste contexto que a administração da FIC seleccionou a CONFIRA através de um concurso público (short list) contratando-a para auditar as contas do ano findo a 31/12/2018.
- 1.1.7 O objectivo da auditoria é obter um parecer de um profissional independente sobre a adequação das contas, a situação financeira e patrimonial a 31/12/2018 e os resultados obtidos no exercício de 2018.

## 1.2 OPINIÃO GERAL SOBRE AS CONTAS (COM RESERVAS)

- 1.2.1 Enquanto auditores externos da FIC, inteiramo-nos da actividade desenvolvida pela sociedade no ano de 2018, verificamos a regularidade dos seus registos e livros contabilísticos e respectiva documentação, procedemos às inspecções que consideramos necessárias, tendo obtido da sua administração todas as informações e esclarecimentos que lhes foram solicitados.
- 1.2.2 Examinamos as Demonstrações Financeiras reportadas a 31/12/18 e aprovadas pelos accionistas reunidos em assembleia-geral a 17 de Maio de 2019, constituídas pelo Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Demonstração das Alterações do Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e o ANEXO, das quais constam os seguintes valores relevantes: activo líquido: 49.580 cts; passivo total: 30.251 cts; capital social: 20.000 cts; capital próprio 19.330 cts e resultado líquido do exercício de 2018 (prejuízos) de -3.110 cts.
- 1.2.3 É nossa opinião que, excepto no que respeita às possíveis distorções que resultariam do efeito nas contas das matérias referidas nos parágrafos 1.2.4, 1.2.5 e 1.2.6 a seguir, as demonstrações financeiras da FIC, mencionadas no parágrafo 1.2.2 acima, foram estabelecidas em conformidade com o normativo nacional SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro e representam de forma verdadeira e apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da sociedade a 31 de Dezembro de 2018 bem assim os resultados obtidos no exercício.

### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVA

- 1.2.4 DÍVIDAS FISCAIS – Nas contas aprovadas, as dívidas fiscais reconhecidas somam 20.550 cts. Na nossa opinião, a 31/12/2018 o montante seria muito superior (cerca de 28.000 cts) porque:
- (i) Em 2014 foi feita a utilização de 4.000 cts da dívida da FIC ao fisco para a realização da participação do accionista IADE/CVTI no capital social da sociedade sem autorização da DNRE.
  - (ii) É nossa convicção que a provisão de 3.300 cts constituída pela FIC em anos anteriores para cobertura de juros de mora a serem debitados pela RFSV, corresponde a menos de metade do valor que poderá vir a ser debitado.
- 1.2.5 FORNECEDORES – a dívida a favor da EXPOMUNDO pendente desde 2015 é de 6.321 cts. Em resposta ao nosso pedido de confirmação do saldo, esse fornecedor informou que sobre essa dívida em mora, vencem-se juros legais. A nossa estimativa, utilizando uma taxa média de 8,5%, aponta para

encargos de cerca de 1.900 cts, que não estão reconhecidos nas contas aprovadas.

1.2.6 CLIENTES - De acordo com a análise da cobrabilidade efectuada pela auditoria durante o exame das contas, juntamente com a administração, o montante da imparidade das dívidas a receber dos clientes, reconhecida a 31/12/2018 não reflecte a realidade. O mapa de ajustamentos da auditoria propõe a anulação de dívidas incobráveis e reforço das imparidades que no total aumentariam os gastos de 2018 em cerca de 1.600 cts

### 1.3 INDEPENDÊNCIA DA CONFIRA E RESPONSABILIDADES

1.3.1 A CONFIRA declara que é uma entidade totalmente independente da FIC SA e que desenvolveu o seu trabalho de acordo com os princípios éticos previstos no código de ética e deontologia profissional dos Contabilistas e Auditores Certificados estabelecido pela Ordem dos Contabilistas e Auditores Certificados de Cabo Verde (OPACC).

*É nossa convicção que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para nos proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa opinião, com a reserva de âmbito, referidas nos parágrafos respectivos.*

1.3.2 É da **responsabilidade da gerência da FIC SA** a preparação e apresentação de forma verdadeira e apropriada das suas demonstrações financeiras de acordo com o SNCRF (sistema de normalização contabilística e de relato financeiro) e subsidiariamente das NIRF (normas internacionais de relato financeiro) bem assim pela implementação de um sistema de controlo interno que considere necessário para possibilitar a preparação dessas DF, isentas de distorção material devido a erro ou fraude.

1.3.3 **A nossa responsabilidade, enquanto auditores independentes**, é expressar uma opinião sobre as DF da sociedade, com base na auditoria por nós realizada. O exame a que procedemos foi executado de acordo com os ISA (Normas Internacionais de Auditoria) emitidas pelo IFAC – International Federation of Accountants, os quais exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as DF estão isentas de distorções relevantes. Os procedimentos de auditoria utilizados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das DF. O auditor tem em consideração o controlo interno da entidade auditada mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a sua eficácia. A auditoria das contas inclui: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte dos valores constantes nas DF e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizados na sua preparação (ii) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e (iii) a

apreciação de ser ou não adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

#### 1.4 INCERTEZAS RELACIONADAS COM A CONTINUIDADE DA SOCIEDADE

1.4.1 Se as regularizações sugeridas pela auditoria, tivessem sido aceites pela administração e registadas antes da aprovação das contas, fariam com que os prejuízos do exercício passassem de 3.110 cts para 6.243 cts e o capital próprio a 31/12/2018 de 19.930 cts para 7.304 cts (há regularizações feitas na conta de resultados transitados).

*Ora, 7.304 cts de capital próprio, representam apenas 36,5% do capital social da sociedade, ultrapassando em muito o limite legal considerado como o mínimo (50 %), a partir do qual uma sociedade deve ser considerada como estando em estado de falência técnica exigindo posicionamento da sua administração e dos accionistas sobre o seu futuro.*

1.4.2 O conjunto de imóveis onde a FIC está instalada e onde são realizadas as FEIRAS INTERNACIONAIS (evento de maior relevo da sociedade e que lhe assegura a totalidade dos seus rendimentos) foi cedido pelo Estado a um investidor estrangeiro que já solicitou formalmente à administração da FIC a sua entrega, até finais do ano em curso.

*Não há ainda decisão sobre para onde a FIC será deslocalizada e por isso não se sabe se o novo local será adequado para a realização das feiras futuras nas melhores condições*

1.4.3 Para além do eventual impacto dos assuntos acima referidos no futuro da sociedade, não temos conhecimento de projectos ou acções em curso que pela sua relevância possam também vir a afectar a CONTINUIDADE da sociedade.

#### 1.5 NOTAS DETALHADAS SOBRE AS CONTAS

1.5.1 No capítulo seguinte destacamos em síntese as constatações e conclusões que reportamos de maior relevância. O detalhe do exame feito às contas, consta do ANEXO III.

1.5.2 Os Anexos I (Balanços) e II (Demonstração Resultados Líquidos) contêm, para além das informações das contas aprovadas, colunas com evidenciação dos efeitos das regularizações recomendadas pela auditoria.

1.5.3 O Relatório & Contas de 2018 foi formalmente aprovado na A. Geral realizada em Agosto de 2018. Por isso as recomendações de correcção que a CONFIRA propõe no mapa de ajustamentos que consta no anexo IV, se aceites pelo CA da FIC, só poderão ser registadas nas contas de 2019.

1.5.4 Na medida do possível e sempre que a variação provocada pelas regularizações propostas sejam relevantes, incluiremos comentários sobre seus efeitos.

## II. MATÉRIAS RELEVANTES PARA A AUDITORIA

### 2.1 CAPITAL SOCIAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

- 2.1.1 A FIC SA foi constituída no ano de 2000 com um capital social de 20.000 contos, como já foi referido, subscrito pelo ESTADO (80%) e na altura pelo IADE (20%). Actualmente o acionista é a CVTI, entidade que «herdou» a actividade antes desenvolvida pelo IADE e consequentemente a participação na FIC.
- 2.1.2 Embora os estatutos da sociedade refiram no seu artigo 4 que o capital social estava integralmente realizado em dinheiro à data da constituição, tal afirmação não correspondia à realidade.
- 2.1.3 A realização da participação do accionista ESTADO foi sendo feita ao longo dos anos e apenas no exercício de 2014, por encontro de contas com uma divida de impostos, a FIC saldou a divida de 4.000 cts do accionista IADE operação com a qual não concordamos e recomendamos a anulação (R03).
- 2.1.4 Tomamos conhecimento das decisões dos órgãos sociais da sociedade - Assembleia-geral, Conselho de Administração e Fiscal Único - através da leitura das actas/relatórios respectivos. Tivemos encontros de trabalho com o *staff* executivo da FIC, para conhecimento de detalhes do funcionamento e desenvolvimento da actividade da instituição - PCA, directora administrativa e financeira e contabilista – bem assim o Fiscal Único.

### 2.2 DESEMPENHO DE 2018 (ANEXO II)

#### 2.2.1 RESULTADOS LIQUIDOS: (-3.110 cts *antes audit* e - 6.243 cts *pós audit*)

- a) O resultado operacional bruto das contas de 2018, aprovadas, foi de 23.568 cts. Os gastos operacionais atingiram 28.602 cts originando um resultado do exercício negativo de 3.110 cts. Em 2017 o resultado também tinha sido negativo mas de apenas 1.466 cts.

*Houve um agravamento de mais de 112% dos prejuízos, originado fundamentalmente pela redução dos rendimentos (menos 5.540 cts, 18%)*

- b) Como consequência das correcções propostas pela auditoria, nas contas *pós audit* o resultado líquido do exercício passou para - 6.243 cts. Note-se, contudo, que as regularizações mais relevantes (reforço de provisões nomeadamente) foram registadas na conta de resultados transitados operação que não afecta os resultados do período mas sim o capital próprio.

#### 2.2.2 RENDIMENTOS OPERACIONAIS - 25.491 cts

Importa referir que em 2018 a FIC não organizou nenhuma feira por conta de terceiros, feiras estas que lhe renderam em 2017 mais de 5.337 cts.

### 2.2.3 GASTOS OPERACIONAIS – 28.602 cts

- a) Gastou-se menos 3.893 cts do que em 2017. É evidente a preocupação de contenção de gastos em 2018. A rubrica que maior decréscimo sofreu foi “FSE – fornecimentos e serviços externos” (13.022 cts em 2017 e 8.773 cts em 2018). Mas essa contenção não foi suficiente para compensar a quebra muito mais elevada dos rendimentos
- b) Nas contas corrigidas, os gastos passaram de 28.602 para 31.734 cts (aumento de 3.132 cts: ver detalhe no mapa de ajustamentos no ANEXO IV) afectando de forma significativa os resultados finais do exercício.

## 2.3 SITUAÇÃO FINANCEIRA GERAL (ANEXO I)

### 2.3.1 ACTIVO LIQUIDO – 49.580 cts

- a) Diminuiu 3.513 cts em 2018. As rubricas patrimoniais com maior peso no total do Activo Liquido são:

- MEIOS MONETÁRIOS (22.013 cts) - 44%
- ACT. FIXOS TANGÍVEIS (20.952 cts) – 42%
- CONTAS A RECEBER (5.592 cts) – 11%

- b) As rubricas do activo que maiores variações sofreram foram igualmente:

- MEIOS MONETÁRIOS (+ 5.690 cts)
- ACT. FIXOS TANGÍVEIS (- 4.207 cts)
- CONTAS A RECEBER (- 3.398 cts)

### 2.3.2 PASSIVO TOTAL – 30.250 cts

- a) Diminuiu 13.750 cts relativamente a 2017. Destacam-se desse total:

- ESTADO (17.584 cts) – 58%
- FORNECEDORES (6.699 cts) – 22%
- PROVISÕES (4.483 cts) – 15%

- b) Nas contas corrigidas, o passivo passa para 40.116 cts. A explicação está essencialmente na reversão da redução da dívida fiscal de 4.000 cts feita em 2014 sem suporte legal, no acréscimo dos gastos com férias e nas provisões para cobertura de prováveis encargos futuros:

- (i) Processos judiciais - 1.155 cts (instaurados por dois ex-administradores). *Em resposta ao nosso pedido de confirmação, os advogados da FIC que fizeram a contestação dos dois processos informaram-nos que a expectativa vai no sentido da FIC vir a ganhar os processos, pois os argumentos utilizados pelos administradores para solicitar as indemnizações não são exequíveis. Por uma questão de prudência não recomendamos a*

anulação da provisão criada, até que os processos sejam completamente encerrados com decisão a favor da FIC

(ii) Juros de mora, s/Dividas Fiscais - a provisão registada é de 3.328 cts. Contudo, por haver indícios fundamentados que esses juros poderão vir a ser muito mais elevados, nas DFIN *pós audit* estimamos as provisões em 7.000 cts

(iii) Juros de mora do Fornecedor EXPOMUNDO – Com base nas informações do fornecedor, fizemos igualmente o acréscimo de uma estimativa de 1.890 cts de juros de mora.

c) OUTRAS CONTAS A PAGAR - A 31/12/2017 esta rubrica apresentava um saldo de 14.495 cts. Já no balanço de 2018 apenas constam 1.242 cts. Tal redução é explicada pela anulação, por determinação do accionista ESTADO (assembleia-geral de Agosto de 2018), de uma divida antiga registada a favor da ENAPOR, no valor de 13.505 cts.

### 2.3.3 CAPITAL PRÓPRIO – 19.329 cts:

a) Nas contas aprovadas o CProprio é o seguinte:

• CAPITAL SOCIAL	20.000 cts	
• RESULTADOS RETIDOS	2.439 cts	
• RESULTADOS 2018	(3.110) cts	19.329 cts

b) Aumentou 10.237 cts entre 2017 e 2018 pelo efeito conjugado da anulação da divida à ENAPOR (aumento) e apuramento de mais 3.110 cts de prejuízos (redução).

c) Mas nas contas corrigidas, o capital próprio passa para 7.304 cts conforme referido na nota 1.4.1 acima e explicado com mais detalhe na nota 1 do anexo III a seguir.

**FIC - ZONA FRANCA COMERCIAL DE CABO VERDE, S.A.**
**ANEXO I**

CONTAS DO BALANÇO	NOTAS	31-12-2018 (ANT AUDIT)	31-12-2018 (EFEITO RECOM AUDIT)	REGUL. PROPOSTAS	31-12-2017	31-12-2016	VAR 2018 /2017		VAR 2018 /2016	
							VALOR	%	VALOR	%
Caixa	3.5.1	10	10	0	10	10	0	0,0%	0	0,0%
Dep. A Ordem	3.5.2	22.003	22.036	34	16.313	19.243	5.690	34,9%	2.760	14,3%
<b>MEIOS MONETARIOS</b>	<b>3.5</b>	<b>22.013</b>	<b>22.046</b>	<b>34</b>	<b>16.323</b>	<b>19.253</b>	<b>5.690</b>	<b>34,9%</b>	<b>2.760</b>	<b>14,3%</b>
Clientes	3.3	8.031	4.569	-3.461	11.328	8.867	-3.297	-29,1%	-837	-9,4%
Imparidades Acum. Clientes		-2.835	-642	2.192	-2.835	-4.274	0	0,0%	1.439	-33,7%
Estado e Entes Públicos		56	56	0	171	193	-114	-67,0%	-137	-70,8%
Accionistas c/gerais		0	0	0	0	4.000	0	0,0%	-4.000	-100,0%
Outras contas a Receber	3.4	559	40	-520	520	812	40	7,7%	-253	-31,1%
Imparidade Acum. Outros Devedores		-220	0	220	-220	-443	0	0,0%	224	-50,5%
Pessoal		0	0	0	26	1	-26	-100,0%	-1	-100,0%
<b>CONTAS A RECEBER</b>		<b>5.592</b>	<b>4.023</b>	<b>-1.569</b>	<b>8.990</b>	<b>9.156</b>	<b>-3.398</b>	<b>-37,8%</b>	<b>-3.564</b>	<b>-38,9%</b>
Out. Produtos Consumo		854	854	0	2.555	1.469	-1.701	-66,6%	-615	-41,9%
<b>INVENTARIOS</b>	<b>3.2.2</b>	<b>854</b>	<b>854</b>	<b>0</b>	<b>2.555</b>	<b>1.469</b>	<b>-1.701</b>	<b>-66,6%</b>	<b>-615</b>	<b>-41,9%</b>
Edifícios e Outras Construções		1.663	0	-1.663	1.663	1.663	0	0,0%	0	0,0%
Equipamento Básico		44.776	44.776	0	44.776	44.500	0	0,0%	276	0,6%
Equipamento Transporte		2.758	2.758	0	2.758	2.758	0	0,0%	0	0,0%
Equipamento Administrativo		5.623	5.623	0	5.586	5.573	37	0,7%	50	0,9%
Outros Activos Fixos Tangíveis		2.957	2.957	0	2.879	2.285	78	2,7%	672	29,4%
Depreciaç. Acum. Imob. Corp.		-37.017	-35.978	1.039	-32.695	-28.334	-4.322	13,2%	-8.683	30,6%
Activo Fixo Tangível		20.760	20.136	-624	24.967	28.446	-4.207	-16,9%	-7.686	-27,0%
<b>AFTANGIVEL + INV EM CURSO</b>	<b>3.1.1</b>	<b>20.760</b>	<b>20.136</b>	<b>-624</b>	<b>24.967</b>	<b>28.446</b>	<b>-4.207</b>	<b>-16,9%</b>	<b>-7.686</b>	<b>-27,0%</b>
Activo Intangível		1.394	1.394	0	1.394	1.394	0	0,0%	0	0,0%
Depreciaç. Acum. Activos Intangíveis		-1.203	-1.203	0	-1.139	-1.075	-64	5,6%	-128	11,9%
Activo Intangível	3.1.2	191	191	0	255	319	-64	-25,0%	-128	-40,0%
<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>		<b>20.952</b>	<b>20.328</b>	<b>-624</b>	<b>25.223</b>	<b>28.765</b>	<b>-4.271</b>	<b>-16,9%</b>	<b>-7.814</b>	<b>-27,2%</b>
Gastos a Reconhecer	3.6.1	169	169	0	2	0	167	8350,0%	169	
<b>ACTIVO LIQUIDO</b>		<b>49.580</b>	<b>47.420</b>	<b>-2.160</b>	<b>53.093</b>	<b>58.643</b>	<b>-3.513</b>	<b>-6,6%</b>	<b>-9.063</b>	<b>-15,5%</b>
Fornecedores	2.1	6.699	6.733	34	6.352	6.339	348	5,5%	360	5,7%
EOEP - Outros	2.2	17.584	21.584	4.000	18.324	21.651	-740	-4,0%	-4.067	-18,8%
Outras contas a Pagar	2.3	1.242	534	-708	14.495	15.114	-13.253	-91,4%	-13.872	-91,8%
Pessoal	2.4	0	939	939			0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Rendimentos a Reconhecer	3.6.2	242	280	38	347	400	-105	-30,3%	-158	-39,5%
Provisão para Riscos e encargos	2.5	4.483	10.045	5.563	4.483	4.483	0	0,0%	0	0,0%
<b>Passivo</b>		<b>30.251</b>	<b>40.116</b>	<b>9.865</b>	<b>44.001</b>	<b>47.987</b>	<b>-13.750</b>	<b>-31,2%</b>	<b>-17.737</b>	<b>-37,0%</b>
Capital Social Estatutário (realizado)	1.1	20.000	20.000	0	20.000	20.000	0	0,0%	0	0,0%
Accionistas - Capital por Realizar	1.3	0	-4.000	-4.000	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Resultados Transitados		-20.040	-2.453	17.586	-18.416	-18.709	-1.624	8,8%	-1.331	7,1%
Ajustamos - Erros	1.2	13.505	0	-13.505	0	0	13.505	100,0%	13.505	100,0%
Result. Período Anterior a Aguardar Distri		8.974	0	-8.974	8.974	8.974	0	0,0%	0	0,0%
Resultados Líquidos Período		-3.110	-6.243	-3.133	-1.466	390	-1.644	112,1%	-3.500	-898,3%
Capital e Resultados		19.329	7.304	-12.025	9.092	10.655	10.237	112,6%	8.674	81,4%
<b>PASSIVO E CAP. PROPRIO</b>		<b>49.580</b>	<b>47.420</b>	<b>-2.160</b>	<b>53.093</b>	<b>58.643</b>	<b>-3.513</b>	<b>-6,6%</b>	<b>-9.063</b>	<b>-15,5%</b>

## FIC - ZONA FRANCA COMERCIAL DE CABO VERDE, S.A.

## ANEXO II

RESULTADOS	NOTAS	2018 (ANT AUDIT) (A')	2018 (POS AUDIT) (A)	MAPA AJUST. AUDIT.	2017	2016	EM CONTOS				12 12 12		
							VARIACÃO 2018 /2017		VARIACÃO 2018 /2016		media mensal		
							VALOR	%	VALOR	%	2018	2017	2016
Prestação de Serviços	4.2.1	25.309	25.309	0	29.611	30.240	-4.302	-14,5%	-4.931	-16,3%	2.109	2.468	2.520
RENDIM ACTIV. PRINCIPAL		25.309	25.309	0	29.611	30.240	-4.302	-14,5%	-4.931	-16,3%	2.109	2.468	2.520
Outros Rendimentos (Ex. Financeiros)	4.2.2	183	183	0	1.418	240	-1.235	-87,1%	-58	-24,0%	15	118	20
<b>TOTAL RENDIM (EXCEP FIN)</b>		<b>25.491</b>	<b>25.491</b>	<b>0</b>	<b>31.029</b>	<b>30.480</b>	<b>-5.537</b>	<b>-17,8%</b>	<b>-4.989</b>	<b>-16,4%</b>	<b>2.124</b>	<b>2.586</b>	<b>2.540</b>
Gastos com Invent Vend. e Consumidos	3.2.3	1.923	1.923	0	1.789	0	134	7,5%	1.923	0,0%	160	149	0
Resultado Operacional Bruto		23.568	23.568	0	29.239	30.480	-5.672	-19,4%	-6.912	-22,7%	2.285	2.735	2.540
Fornecimentos Externos	4.1.2	8.773	8.773	0	13.022	11.568	-4.249	-32,6%	-2.795	-24,2%	731	1.085	964
Gastos C/Pessoal	4.1.3	12.946	13.885	939	13.060	11.272	-114	-0,9%	1.674	14,9%	1.079	1.088	939
Gastos de Depreciação Exercício	3.1.3	4.433	5.057	624	4.425	4.279	8	0,2%	154	3,6%	369	369	357
Imparidade de Activos	3.3	0	642	642	0	1.547	0	#DIV/0!	-1.547	-100,0%	0	0	129
Créditos Incobráveis		0	927	927	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	0
Impostos e Taxas	4.1.4	6	6	0	52	8	-46	-89,1%	-2	-28,5%	0	4	1
Outros Gastos (Excepto Financeiros)		521	521	0	147	109	374	253,7%	412	378,3%	43	12	9
Provisões do Exercício		0	0	0	0	1.155	0	#DIV/0!	-1.155	-100,0%	0	0	96
<b>3 Gastos Funcion.</b>		<b>26.678</b>	<b>29.811</b>	<b>3.133</b>	<b>30.705</b>	<b>29.937</b>	<b>-4.027</b>	<b>-13,1%</b>	<b>-3.259</b>	<b>-10,9%</b>	<b>2.223</b>	<b>2.559</b>	<b>2.495</b>
<b>4= Total Gastos Operac. (2+3)</b>		<b>28.602</b>	<b>31.734</b>	<b>3.133</b>	<b>32.495</b>	<b>29.937</b>	<b>-3.893</b>	<b>-12,0%</b>	<b>-1.336</b>	<b>-4,5%</b>	<b>2.383</b>	<b>2.708</b>	<b>2.495</b>
<b>5 = RES OPERAC. (1-4)</b>		<b>-3.110</b>	<b>-6.243</b>	<b>-3.133</b>	<b>-1.466</b>	<b>543</b>	<b>-1.644</b>	<b>112,1%</b>	<b>-3.653</b>	<b>-673,3%</b>	<b>-259</b>	<b>-122</b>	<b>45</b>
Rendimentos Financeiros		0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0	0
Gastos Financeiros		0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	0	-100,0%	0	0	0
<b>6 = Resultados Financieros</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>0</b>	<b>-100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>9 = Res Ant Impostos (7+8)</b>		<b>-3.110</b>	<b>-6.243</b>	<b>-3.133</b>	<b>-1.466</b>	<b>542</b>	<b>-1.644</b>	<b>112,1%</b>	<b>-3.652</b>	<b>-674,0%</b>	<b>-259</b>	<b>-122</b>	<b>45</b>
<b>10= Estimativa IUR</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-152</b>	<b>0</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>152</b>	<b>-100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-13</b>
<b>11 = RES Pós Impostos (9-10)</b>		<b>-3.110</b>	<b>-6.243</b>	<b>-3.133</b>	<b>-1.466</b>	<b>390</b>	<b>-1.644</b>	<b>112,1%</b>	<b>-3.500</b>	<b>-898,3%</b>	<b>-259</b>	<b>-122</b>	<b>32</b>

**DETALHE DAS CONCLUSÕES DO EXAME DAS CONTAS DE 2018  
(COMENTÁRIOS INDEXADOS aos ANEXOS I, II e IV)**

**I. CAPITAL PRÓPRIO E ACCIONISTAS**

- 1.1** O **capital social** é de 20.000 contos. A participação do Estado está totalmente realizada, mas existem dúvidas sobre a forma como a sociedade *deu como realizada* a participação de 4.000 cts do acionista IADE/CVTI por encontro de contas com dividas ao fisco

*Recomendamos por isso a anulação desse encontro de contas, em contrapartida da conta do accionista IADE/CV TRADE INVEST - (R03) repondo-se o saldo dos impostos em divida e a não realização da participação do IADE.*

*Mas recomendamos igualmente a solicitação de parecer do MINFIN/DNRE/UASEE visando a resolução da situação porque um acionista que não realizou a sua participação não tem direitos alguns na sociedade (nem de votar sequer na assembleia-geral)*

- 1.2** Os **resultados transitados** acumulados (soma dos saldos de três subcontas) totalizam + 2.439 contos nas contas aprovadas. Nas contas corrigidas, os resultados transitados passam para -2.453 cts porque algumas das situações corrigidas tiveram origem em anos anteriores a 2018 – nomeadamente dividas à Expomundo e ao fisco (que vão originar juros de mora) e mesmo os processos dos ex-administradores. Também porque pela relevância dos montantes não consideramos adequado afectar os resultados no exercício de 2018.

*Para permitir a identificação imediata do montante e natureza dos resultados retidos, recomendamos a concentração dos saldos numa única conta – (R01)*

- 1.3** Já os **resultados líquidos do exercício**, pelo efeito de várias correções recomendadas, onde se destacam: acréscimo de gastos c/pessoal (férias), anulação de créditos incobráveis, reconhecimento de imparidades, correção de depreciações e outros, passaram de -3.110 para -6.243 cts.

- 1.4** Assim nas contas pós auditoria, o total do **Capital Próprio** passa de 19.330 para 7.304 cts (menos 12.030 cts = - 62%) o que é uma redução significativa tanto em valor absoluto como nas consequências legais na medida em que situa o CP numa quantia inferior a 50% do capital social (ver nota 1.4.1)

## II. CONTAS A PAGAR

### 2.1 - FORNECEDORES – 6.699 cts

- EXPOMUNDO 6.321 cts
- Soc. Armadora Aliseu 230 cts
- ALUCAR 79 cts
- SINTIMEX 45 cts
- Restantes Fornecedores 25 cts

- a) As dívidas à Soc Armadora Aliseu, ALUCAR e restantes fornecedores foram pagas em 2019. A dívida à SINTIMEX é um saldo remanescente de um encontro de contas.
- b) A dívida à EXPOMUNDO é o saldo de uma sua factura de 2015, pelo fornecimento de mobiliário e outros materiais próprios para a montagem das feiras. Os materiais terão sido encomendados e escolhidos pelo PCA em exercício nesse ano, foram recebidos pela FIC, fazem parte do AFT da empresa e estão armazenados nas instalações da sociedade. Detalhe da dívida à EXPOMUNDO:

FIC - ZONA FRANCA COMERCIAL DE CABO VERDE S.A.						
Extrato de Conta 2212100335 - EXPOMUNDO (01-00-2015 até 31-13-2019)						
Data	N.º Diário	Descrição	Débito	Crédito	Saldo	Observação
2015-07-31	2.145	Liq. 20% v/ Fat nº 1/117	2.714.727,00		2.714.727,00 D	PGTº através da transferencia bancária de 24.620€ em 23-07-2015 (BCA)
2015-07-31	3.362	v/ Fat nº 1/117		13.573.732,00	10.859.005,00 C	70 Estruturas de Alumínio, 22 Cadeiras Plásticos, 7 Bancos altos c/Pes Meta, 20 Mesas c/Tampa Quadrada, 2 Mesas c/Tampa Redonda, 2 Balcao c/Acrylic/Illumi, 20 Sofas em Acrilico e Alum - conta 433 na contab. Alcatifa/Vinil/Fita Cola - Conta 6296 na contab.
2015-08-31	2.168	Liq.v/F.nº1/111/Part1/117	924.755,00		9.934.250,00 C	PGTº através da transferencia bancária de 9.000€ em 17-08-2015 (BCA)
2015-08-31	3.379	v/ Fat nº 1/111		135.626,00	10.069.876,00 C	Levantamento, corte e entrega de 18 rolos alcatifas - Conta 6296 na contab.
2015-09-30	2.190	Liq. Part v/ Fat nº 1/117	992.385,00		9.077.491,00 C	PGTº através da transferencia bancária de 9.000€ em 10-09-2015 (BCA)
2015-11-30	2.306	Liq. Part v/ Fat 1/117	1.653.975,00		7.423.516,00 C	PGTº através da transferencia bancária de 15.000€ em 04-11-2015 (BCA)
2015-12-31	2.372	Liq. Part v/ Fat nº 1/117	1.102.650,00		6.320.866,00 C	PGTº através da transferencia bancária de 10.000€ em 07-11-2015 (BCA)
2017-05-31	2.096	Liq. v/ Fat nº 309	275.663,00		6.596.529,00 C	PGTº através da transferencia bancária de 2.500€ em 22-05-2017 (BCA)
2017-05-31	3.168	v/ Fat nº 309		275.663,00	6.320.866,00 C	Peças Stand (Conectores Para Barra) - Conta 433 na contab.
<b>TOTAL</b>			<b>7.664.155,00</b>	<b>13.985.021,00</b>	<b>6.320.866,00 C</b>	

**OBS 1 :** Factura nº 118

67.629,94

Não consta da contabilidade da FIC, porque era referente a uma Tela DGTCV pertencente ao Ministério de Turismo. A factura veio no nome da FIC e o Min Turismo transferiu o valor a FIC, para que este pudesse efectuar o pagamento. O PGTº foi feito no dia 17-08-2015

**OBS 2 :** Factura nº 107

34.182,15

Referente a fitas de pescoço. Não consta da contabilidade, porque a FIC considera que essas fitas já haviam sido facturadas na factura nº 117/2015.

**OBS 3 :** Despesas bancárias

30.827,89

Diferença entre o extracto da FIC e Expomundo. Não consta da contabilidade da FIC, porque foram descontados da conta bancária da Expomundo.

- c) Em resposta ao nosso pedido de confirmação do saldo em dívida, esse fornecedor informou-nos que:

- i) Aceita o saldo que consta a seu favor na contabilidade da FIC (que é ligeiramente inferior ao montante de que se considera credor)

- ii) Aguarda a liquidação urgente desse saldo, em mora desde 2015
- iii) Sobre a dívida em mora vencem-se juros à taxa legal aplicável (embora ainda não tenham sido ainda debitados)
- iv) Deu já instruções à sua advogada em CVerde para instaurar um processo de cobrança judicial.

*Tendo em conta o referido na alínea iii), recomendamos que: se até o final de 2019 a FIC não chegar a acordo com o fornecedor quanto ao montante e forma de pagamento dessa dívida, se reconheça nas contas de 2019 uma provisão para o pagamento de juros de mora, contados à taxa praticada pelos bancos comerciais.*

*A estimativa desses juros, feita pela auditoria, a uma taxa de 8,5% para o período de 3 anos e meio (Julho de 2015 a Dezembro de 2018) aponta para um acréscimo de 1.891 cts – (R06). Se registado a 31/12/2019 o montante será maior.*

## 2.2 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – (17.584 cts)

2.2.1 O quadro a seguir representa o detalhe da dívida que a FIC reconhece ter para com a DNRE (impostos até 2015):

DIVIDAS REGISTRADAS NA CONTABILIDADE		
CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
<b>2418</b>	<b>INSUFICIÊNCIA ESTIMATIVA / IUR-PC PR PAGAR</b>	<b>6.489.616</b>
	SALDO ANTES 2012	3.152.799
	IUR-PC DE 2012	890.470
	IUR-PC DE 2013	2.446.347
<b>2431</b>	<b>IUR TRAB. DEPENDENTE - MAR A DEZ/2013</b>	<b>1.166.730</b>
<b>24321</b>	<b>IUR TRAB. INDEPENDENTE - MAR A DEZ/2013</b>	<b>550.751</b>
<b>24461</b>	<b>IVA A PAGAR - VAL.APURADOS</b>	<b>12.769.322</b>
	IVA A PAGAR - ATE 2012	2.901.460
	IVA A PAGAR - 2013 (MAI, SET, NOV e DEZ)	4.357.008
	IVA A PAGAR - 2014 (JUL, AGO, SET e OUT)	3.397.770
	IVA A PAGAR - 2015 (MAI, JUN, JUL, AGO e SET)	1.351.362
	IVA A PAGAR - 2015 (PARTE OUTUBRO)	761.722
<b>246</b>	<b>OUTROS IMPOSTOS</b>	<b>246.329</b>
	<b>TOTAL DIVIDAS ANTIGAS</b>	<b>21.222.748</b>

2.2.2 No âmbito desta auditoria solicitamos uma certidão da dívida da FIC à RFSV. Dela consta uma dívida de 20.141 cts e a observação de que *os juros, vencem-se a cada mês de calendário*. Se houver processo de cobrança coerciva vencer-se-ão também taxas de relaxe e outros encargos.

2.2.3 Considerando os valores da certidão da RFSV e a sua antiguidade (algumas dívidas seriam de 2010) é fácil antever que o montante dos juros de mora, se vierem a ser exigidos, será muito superior à estimativa de 3.328 cts registada há mais de 6 anos.

CERTIDÃO 965 DA RFSV de 12/07/2019 - DIVIDA FISCAL da FIC	
DESCRIÇÃO	VALOR
<b>DIVIDAS IUR ESTIMATIVA 2010 E 2012</b>	<b>2.433.209</b>
IUR LIQ CORRECTIVA DE 2010	1.542.739
IUR LIQ CORRECTIVA/AUTO LIQ.OBRIG DE 2010	890.470
IUR-PC DE 2013	0
<b>IUR TRAB. DEPENDENTE - MAR A DEZ/2013</b>	<b>0</b>
<b>IUR TRAB. INDEPENDENTE - MAR A DEZ/2013</b>	<b>0</b>
<b>IVA A PAGAR - VAL.APURADOS</b>	<b>17.249.484</b>
IVA A PAGAR - DEZ/2012	3.857.113
IVA A PAGAR - 2013 (MAR, ABR, MAI, NOV e DEZ)	5.277.765
IVA A PAGAR - 2014 (JUL, AGO, SET NOV e DEZ)	7.648.774
IVA A PAGAR - DEZ/2015	465.832
IVA A PAGAR - 2015 (PARTE OUTUBRO)	0
<b>OUTROS IMPOSTOS</b>	<b>458.453</b>
RETENÇÃO NA FONTE ADICIONAL 2008	135.319
RETENÇÃO NA FONTE ADICIONAL 2009	323.134
<b>TOTAL DIVIDAS ANTIGAS</b>	<b>20.141.146</b>

2.2.4 No entanto, notamos que as dívidas elencadas pela RFSV - natureza, antiguidade e valor – divergem na sua quase totalidade dos registos da contabilidade da FIC. Reenviamos por isso o pedido de confirmação, solicitando expressamente o cálculo dos juros. A RFSV respondeu que a administração fiscal «só processa os juros de mora aquando da emissão do DUC para efeito de liquidação da divida».

2.2.5 Da reconciliação entre a contabilidade e a certidão da divida fiscal, constatamos que:

- O total da divida da contabilidade é maior e a maioria dos valores não coincide com os que constam da certidão;
- Há valores de IVA e IUR que a RFSV declara estar em divida e que não constam da contabilidade da FIC, o que pressupõe o seu pagamento;
- Há valores em aberto na contabilidade que não constam da certidão.

*A divergência poderá estar relacionada com os valores «utilizados» nos encontros de conta feitos para a realização da participação do ESTADO no capital social da sociedade. Por isso, antes da contagem dos juros é imperativo que a FIC e a RFSV acertem o detalhe da divida: natureza, valor, antiguidade.*

2.2.6 Outras questões relacionadas com impostos:

- Recomendamos a transferência do saldo da conta “2422 – Insuficiência IUR-PC” para a conta “2418 – Imposto por pagar”, por se tratar de uma divida de IUR-PC (R04).
- Identificamos casos em que o **cálculo do IRPS** devido pelos prestadores de serviço não está correcto. Está-se a aplicar 15% sobre o valor líquido pago em vez de sobre o valor ilíquido.
- Constatamos que no apuramento dos 30% de **gastos com viaturas ligeiras** não aceites pelo fisco, não estão a ser considerados os gastos com a

manutenção e lavagem da viatura própria nem o aluguer de viaturas de terceiros

2.2.7 A **tributação autónoma** é aplicável aos gastos de viaturas ligeiras com valor de aquisição superior a 4.000 cts. Constatamos que a viatura da FIC que custou 2.758 cts tem seus gastos incluídos no apuramento da TA. Em 2018, tal operação implicou o pagamento indevido (a mais) de 88 cts.

2.2.8 Constatamos ainda que a **taxa de tributação autónoma só tem sido registada quando paga** em vez de reconhecida como gasto no ano a que diz respeito.

*Recomendamos a correção desses procedimentos incorretos, adequando-os ao que está legislado*

### 2.3 - OUTRAS CONTAS A PAGAR - 1.239 cts

Do saldo transitado de 2018, 381 cts foram liquidados em 2019. Mas faz parte do saldo em aberto, 708 cts referentes a uma dívida muito antiga registada em nome da EMPA.

*Ora essa ex-empresa pública foi extinta e liquidada em 2004. Por isso é nossa opinião que não havendo credor não há passivo. Assim sendo, recomendamos a anulação da dívida (R02)*

### 2.4 - ACRESCIMO GASTOS C/PESSOAL

O normativo cabo-verdiano estabelece que os direitos dos trabalhadores, relativamente a férias deverão ser reconhecidos à data do fecho das contas de cada exercício. Constatamos que a FIC não tem seguido essa recomendação.

*Assim, recomendamos que a data de 31-12-2019 a FIC faça o registo das férias e encargos dos seus trabalhadores. Estimamos um montante igual a um mês de salário (R11) mas o registo deverá representar o que estiver efectivamente em dívida a essa data*

2.5 - **PROVISÕES:** contas aprovadas 4.483 cts; contas corrigidas 10.045 cts (ver detalhe na alínea b) da nota 2.3.2 do capítulo II /Matérias relevantes)

### III. CONTAS DO ACTIVO

#### 3.1 INVESTIMENTOS NÃO FINANCEIROS – 59.171 cts (Deprec. = 38.220 cts)

3.1.1 AFT – V. Aquisição = 57.777 cts, Depreciações = 37.017 cts

Aquisições de 2018:

AFT	VALOR
1 Computador ASUS	41.478,0
1 Impressora HP	70.870,0
1 Aparelho Ar condicionado	78.261,0
<b>TOTAL</b>	<b>190.609,0</b>

3.1.2 ACTIVO INTANGIVEL – V. Aquisição = 1.394 cts, Depreciações = 1.203 cts

3.1.3 DEPRECIAÇÕES (Dep. 2018 = 4.433 cts; Dep Ac=38.220 cts)

a) As depreciações são registadas no final de cada ano.

*Recomendamos que passem a fazer o registo das depreciações dos AFT mensalmente, imputando aos gastos, duodécimos da estimativa do total anual. No final do ano, faz-se o acerto das contas depois de estabelecido o mapa de depreciações do exercício.*

b) A FIC não tem estado a utilizar as novas taxas publicadas pela Portaria 42/2015, aplicáveis aos AFT adquiridos a partir de 01 de Janeiro de 2015.

*A política de depreciação dos AFT de um entidade pode ser definida: (i) ou pela utilização de taxas calculadas pela própria sociedade com base na vida útil estimada de cada activo (ii) ou pela aplicação das taxas da tabela fiscal. A FIC optou pelas taxas fiscais mas está a utilizar a tabela anterior a 2015, ano em que a mesma foi actualizada. Recomendamos que verifiquem e corrijam a situação.*

c) Por outro lado, estão capitalizados em AFT gastos com os trabalhos de adaptação das instalações onde funciona os escritórios da sociedade. O valor contabilístico líquido a 31/12/2018 era de 624 cts (R10).

*Porque a FIC deverá abandonar as actuais instalações e é muito pouco provável que consiga recuperar os gastos feitos na divisão dos seus escritórios, recomendamos que o investimento seja totalmente desreconhecido no final do corrente ano.*

#### 3.2 INVENTÁRIOS: COMPRAS - CONSUMOS - EXISTENCIAS

3.2.1 COMPRAS – Materiais para Feiras = 223 cts

Em 2018 foram adquiridas alcatifas. No apuramento do preço de custo final foram incluídos os gastos de compra - despesas de frete, despacho e armazenamento – de acordo com o normativo.

### 3.2.2 INVENTÁRIOS – Materiais para Feiras = 854 cts

O inventário dos bens novos, armazenados no final do ano de 2018 é o seguinte:

<b>INVENTÁRIO FINAL 2018</b>			
<b>Artigo</b>	<b>quantidade</b>	<b>P.Unit</b>	<b>Total</b>
Alcatifa cinza	3	15.878	47.634
Alcatifa azul	5	15.878	79.391
Fita Cola Dupla Face	120	551	66.159
Fita Cola Dupla Face- Peq	24	276	6.616
Cracha	1300	15	20.072
Fita cracha	2000	38	75.640
Filme Plastico	4	41.901	167.603
Vinil Azul	3	11.578	34.733
Película de Plastico	2	6.561	13.122
Alcatifa cinza	3	50.777	152.331
Alcatifa grená	1	50.777	50.777
Alcatifa verde	1	50.777	50.777
Vinil Azul	1	29.772	29.772
Vinil Preto	1	29.772	29.772
Vinil Vermelho	1	29.772	29.772
<b>TOTAL</b>			<b>854.172</b>

### 3.2.3 CONSUMOS – Materiais P/Feiras = 1.924 cts

<b>CONSUMOS 2018</b>			
<b>Artigo</b>	<b>quantidade</b>	<b>P.Unit</b>	<b>Total</b>
Alcatifa cinza	45	15.878	714.517
Alcatifa grená	17	15.878	269.929
Alcatifa grená	6	37.123	222.735
Alcatifa azul	5	15.878	79.391
Fita Cola Dupla Face	300	551	165.398
Fita Cola Dupla Face- Peq	84	276	23.155
Cracha	1700	15	26.248
Fita cracha	1000	38	37.820
Vinil Azul	2	11.578	23.156
Alcatifa azul	1	50.777	50.777
Fita Cola Dupla Face	382	729	278.478
Cracha	550	58	31.900
<b>TOTAL</b>			<b>1.923.503</b>

## 3.3 - CLIENTES – 8.031 cts (Imparidades 2.835 cts)

3.3.1 Testamos a faturação e sua contabilização, bem assim a aplicação dos preços aprovados e da política de descontos concedidos pré estabelecidos pela administração.

3.3.2 O quadro seguinte evidencia a análise feita às dívidas dos clientes: montante, antiguidade, cobrabilidade. Foi a partir dessas informações, fornecidas pela DAF e pelo PCA que avaliamos a adequação da imparidade reconhecida nos créditos concedidos aos clientes com base em critérios comerciais. Na sequência fizemos as recomendações de ajustamento que constam no mapa – (R13, R14, R15)

FIC - ANÁLISE DIVIDAS CLIENTES/COBRABILIDADE DE 2018											
Conta	Descrição	Saldo	Imparidade Existente	Saldo Líquido	Cobranabilidade			Proposta Auditoria			
					Sim	Não	Duvidoso	Imparidade	Utilização imparidade p/Anulação	Anulação - Cred. Incobrável	Saldo Líquido pos Auditoria
<b>CLIENTES C/C EM MOEDA NACIONAL</b>											
2111100021	CCB/AE	851.824,00		851.824,00							851.824,00
2111100027	ENAPOR, SA	326.811,00		326.811,00							326.811,00
2111100046	SILVESTRE ROSARIO & FILHOS, LDA	50.000,01		50.000,01						50.000,01	0,00
2111100155	MINISTERIO DE TURISMO INDUSTRIA E E	250.159,00		250.159,00						250.159,00	0,00
2111100205	COMPTA CABO VERDE	281.750,00		281.750,00						281.750,00	0,00
2111100219	CONSELHO REGIONAL DE PARCEIROS	899.000,00	899.000,00	0,00					899.000,00		0,00
2111100238	FH TRADING IMPORTAÇÃO	6.750,00		6.750,00							6.750,00
2111100299	VARELAC SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	230.000,00		230.000,00							230.000,00
2111100434	NÓS MUND	568.100,00	568.100,00	0,00					568.100,00		0,00
2111100514	CI-CV INVESTIMENTOS	113.421,00		113.421,00				113.421,00			0,00
2111100532	AQUAMARINA, IMOBILIÁRIA E TURISMO	26.000,00	26.000,00	0,00					26.000,00		0,00
2111100552	MOAVE, SA	80.000,00		80.000,00							80.000,00
2111100557	SILMAC, SA	45.712,00		45.712,00							45.712,00
2111100567	CVMA/ GMS	529.000,00		529.000,00				529.000,00			0,00
2111100577	F.RESENE RODRIGUES, LDA	12.191,00		12.191,00						12.191,00	0,00
2111100650	ALUCAR/AUTOVERDE	128.250,00		128.250,00							128.250,00
211110066	CRISTOPHER MONTEIRO	278.500,00		278.500,00							
2111100663	SOCIEDADE ARMADORA ALISEU, LDA	86.250,00		86.250,00							86.250,00
2111100667	SERVICE SOUND E EVENTOS	192.250,00		192.250,00							192.250,00
2111100675	PROLACT, LDA	100.000,00		100.000,00							100.000,00
2111100693	DIREÇÃO NACIONAL DA ECONOMIA MARITIMA	399.000,00		399.000,00							399.000,00
2111100694	BAVARO MOTORS	60.000,00		60.000,00							60.000,00
2111100704	GESCOM, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	14.252,00		14.252,00						14.252,00	0,00
2111100712	RESERMAR CV	21.450,00		21.450,00							21.450,00
<b>TOTAL CLIENTES NACIONAIS</b>		<b>5.272.170,01</b>	<b>1.493.100,00</b>	<b>3.779.070,01</b>				<b>642.421,00</b>	<b>1.493.100,00</b>	<b>608.352,01</b>	<b>2.528.297,00</b>
<b>CLIENTES C/C EM MOEDA ESTRANGEIRAS</b>											
2112100059	AIP	2.247.426,00	849.071,00	1.398.355,00					849.071,00		1.398.355,00
2112100060	AIP/AEP/ICEP	22.699,00	22.699,00	0,00					22.699,00		0,00
2112100504	R.M COMERCIO, EXPORTAÇÕES E IMPORTA	469.660,00	469.660,00	0,00					469.660,00		0,00
2112100543	LEONOR CONCEPT, LDA	18.546,00		18.546,00						18.546,00	0,00
2112100605	DISTANCE LEARNING CONSULTING, LDA	-3.450,00		-3.450,00							-3.450,00
<b>TOTAL CLIENTES ESTRANGEIROS</b>		<b>2.754.881,00</b>	<b>1.341.430,00</b>	<b>1.413.451,00</b>				<b>0,00</b>	<b>1.341.430,00</b>	<b>18.546,00</b>	<b>1.394.905,00</b>
<b>PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS 2018</b>			<b>2.834.530,00</b>								
<b>CONSTITUIÇÃO IMPARIDADE APOS AUDITORIA</b>			<b>642.421,00</b>								
<b>UTILIZAÇÃO IMPARIDADE APOS AUDITORIA</b>			<b>2.834.530,00</b>								
<b>PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS APOS AUDITORIA</b>			<b>642.421,00</b>								

3.3.1 As recomendações de correcção que resultaram das informações recolhidas neste mapa, conduziram à utilização de grande das imparidades constituídas em anos anteriores, ao reconhecimento de outras e mesmo à anulação de várias dívidas agora consideradas incobráveis e que não tinham imparidades reconhecidas. No total os gastos foram afectados por mais 1.600 cts.

### 3.4 - OUTRAS CONTAS A RECEBER (559 cts)

- 35 cts referentes ao acréscimo de rendimentos de 2018, facturado em 2019.
- 220 cts referentes a dívida da FIL, anterior a 2012, coberta com imparidade a 100%.

*A administração da FIC considera este valor incobrável, pelo que recomendamos a sua anulação, através da utilização da imparidade (R16).*

- 300 cts referente a dívida da COMPTA, anterior a 2012, sem imparidade constituída.

*A administração considera este valor incobrável, pelo que recomendamos a sua anulação, para a conta créditos incobráveis (R16).*

FIC - ANÁLISE DIVIDAS DEVEDORES/COBRABILIDADE DE 2018												
Conta	Descrição	Saldo	Imparidade Existente	Saldo Líquido	Cobrançabilidade			Proposta Auditoria			OBS	
					Sim	Não	Duvidoso	Imparidade	Utilização imparidade p/Anulação	Anulação - Cred. Incobrável		Saldo Líquido pos Auditoria
268700110	FIL	219.535	219.535	0					219.535		0	ANTERIOR A 2013
268700205	COMPTA CV	300.000		300.000						300.000	0	ANTERIOR A 2013
<b>TOTAL CDEVEDORES</b>		<b>519.535</b>	<b>219.535</b>	<b>300.000</b>				<b>0</b>	<b>219.535</b>	<b>300.000</b>	<b>0</b>	

### 3.5 MEIOS MONETÁRIOS (22.013 cts)

#### 3.5.1 CAIXA PEQUENA (10 cts)

Fundo fixo criado para pagamento de pequenas despesas de valor não superior a 3 cts. O fundo é repostado mensalmente.

#### 3.5.2 CONTAS DE DEPÓSITOS A ORDEM (22.003 cts)

- a) As contas bancárias foram reconciliadas. As diversas folhas de reconciliação não apresentavam, movimentos pendentes de regularização na contabilidade, excepção feita à conta BCA 67434595.10002, que apresenta um saldo de 90 cts desde 2016 e que não tem sido reconciliada com o extracto do bancário

*Solicitamos e recebemos do BCA o extracto bancário da conta. Constatamos que o saldo da carta-resposta do banco refere um saldo de apenas 88.000. Recomendamos que esclareçam a razão da diferença e, se se justificar, o regularizem.*

- b) A FIC emitiu o cheque nº 551, no valor de 34 cts, sobre a conta BAI em 21-12-18, a favor do fornecedor «OTE LEVEL». Até a presente o cheque não foi descontado. Parece que *ter-se-á extraviado*.

*Recomendamos a anulação do referido cheque e a sua substituição para pagamento da dívida - (R17).*

### 3.6 DIFERIMENTOS (SD = 169 cts; SC = 242 CTS)

#### 3.6.1 GASTOS A RECONHECER (169 cts)

Esta conta é utilizada para registar gastos que devam ser imputados a exercícios seguintes. Do saldo existente, 167 cts é referente a serviço publicidade RTC de 2019.

#### 3.6.2 RENDIMENTOS A RECONHECER (242 cts)

- a) Esta conta é utilizada para registar rendimentos que devam ser imputados a rendimentos em exercícios seguintes.
- b) O saldo evidenciado é referente a um subsídio recebido da C.C.Sotavento em 2017, para aquisição de um quadro eléctrico. Ora os subsídios devem ser imputados a rendimentos no mesmo número de anos de vida útil do activo a que estão relacionados, para compensar os gastos com a sua depreciação.

- c) Sendo o valor do subsídio inferior ao custo de aquisição do activo, é esperado que a parcela do subsídio a imputar anualmente a rendimentos seja necessariamente inferior ao valor da depreciação. Constatamos que o montante imputado a rendimentos em 2017 e 2018 corresponde exactamente ao da depreciação.

*Recomendamos por isso a correcção do valor imputado a rendimentos nesses dois anos – (R12).*

## IV. - RESULTADOS

### 4.1 GASTOS

GASTOS	2018	2017	2016	Variação 18-17	%	media mensal		
Gastos C/ Existencias Vend. E Consumidas	1.923	1.789	0	134	8%	160	149	0
Fornecimento e Serviços Externos	8.773	13.022	11.568	-4.249	-33%	731	1.085	964
Gastos Com o Pessoal	12.946	13.060	11.272	-114	-1%	1.079	1.088	939
Gastos de Depreciação e de Amortização	4.433	4.425	4.279	8	0%	369	369	357
Perdas por Imparidades	0	0	1.547	0	100%	0	0	129
Provisões do Período	0	0	1.155	0	100%	0	0	96
Outros Gastos / Impostos	6	52	8	-46	-89%	0	4	1
Outros Gastos N/Especificados	521	147	109	374	254%	43	12	9
Perdas de Financiamento	0	0	0	0	100%	0	0	0
	<b>28.602</b>	<b>32.495</b>	<b>29.938</b>	<b>-3.893</b>	<b>-12%</b>	<b>2.383</b>	<b>2.708</b>	<b>2.495</b>

4.1.1 CONSUMO DE INVENTÁRIOS (1.923 cts): ver nota 3.2.3 acima

4.1.2 GASTOS COM PESSOAL (12.946 cts)

Codigo	GASTOS COM PESSOAL	2018	2017	2016	Variação 18-17	%	media mensal		
<b>631</b>	<b>Remuneração Órgãos Sociais</b>	<b>4.340</b>	<b>4.340</b>	<b>2.590</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>362</b>	<b>362</b>	<b>216</b>
63101	Ordenados	4.340	4.340	2.590	0	0%	362	362	216
<b>632</b>	<b>Remunerações do Pessoal</b>	<b>6.925</b>	<b>7.037</b>	<b>7.370</b>	<b>-111</b>	<b>-2%</b>	<b>577</b>	<b>586</b>	<b>614</b>
63202	Salários	5.514	5.780	5.780	-265	-5%	460	482	482
63203	Horas Extras	53	37	34	15	41%	4	3	3
63204	Ajudas Custo	331	248	405	82	33%	28	21	34
63205	Prémios e Gratificações	119	17	198	102	590%	10	1	16
63206	Subsídio Tab.Noturno	292	292	292	0	0%	24	24	24
63207	Subsídios	546	546	546	0	0%	46	46	46
63208	Subsídio e Compensação Férias	0	46	46	-46	-100%	0	4	4
63211	Abono para Falhas	70	70	70	0	0%	6	6	6
<b>635</b>	<b>Encargos sobre Remunerações</b>	<b>1.498</b>	<b>1.468</b>	<b>1.171</b>	<b>30</b>	<b>2%</b>	<b>125</b>	<b>122</b>	<b>98</b>
636	Seguros de Acidentes no Trabalho	0	63	75	-63	-100%	0	5	6
637	Gastos de Acção Social	0	0	12	0	#DIV/0!	0	0	1
638	Outros Gastos c/Pessoal	183	152	55	31	20%	15	13	5
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.946</b>	<b>13.060</b>	<b>11.272</b>	<b>-114</b>	<b>-1%</b>	<b>1.079</b>	<b>1.088</b>	<b>939</b>

Da apreciação feita aos procedimentos de controlo da área de Gastos c/Pessoal constatamos que:

- Não há evidências de conferência das folhas de vencimentos nem da sua expressa aprovação para efeito de pagamento.
- Embora sejam incluídos na folha de vencimentos, os administradores não executivos são tratados como prestadores de serviço (retenção do IRPS a taxa de 15%), contrariando o estabelecido no artigo 2º nº 1b) do CIRPS, que

estabelece que os honorários dos membros dos órgãos sociais devem ser considerados rendimentos de trabalho dependente.

- c) Não se faz o reconhecimento no final de cada ano, da estimativa dos gastos com as férias vencidas dos trabalhadores

*Estimamos esses gastos em cerca de 940 cts e recomendamos o seu registo no final de 2019 (R11)*

#### 4.1.3 FORNECIMENTOS e SERVIÇOS EXTERNOS (8.773 cts)

COD	FORNECIMENTO E SERV. EXTERNO	2018	2017	2016	Varição 18-17	%	media mensal		
6211	Água	138	78	106	60	76%	11	7	9
6212	Electricidade	697	674	814	23	3%	58	56	68
6213	Combustíveis	95	117	78	-22	-19%	8	10	6
6214	Conservação e Reparação	544	751	91	-207	-28%	45	63	8
6215	Ferram. E Uten. Desgaste Rápido	7	23	0	-16	-69%	1	2	0
6216	Material de Escritório	97	201	131	-104	-52%	8	17	11
6217	Publicidade	734	566	507	167	30%	61	47	42
6219	Limpeza, higiene e conforto	153	152	100	1	1%	13	13	8
		<b>2.464</b>	<b>2.562</b>	<b>1.827</b>	<b>-98</b>	<b>-4%</b>	205	214	152
6220	Crachas, Convites e Complementares	524	432	243	92	21%	44	36	20
6221	Rendas e Alugueres	90	167	489	-77	-46%	8	14	41
6222	Despesas de Representação	0	12	6	-12	-100%	0	1	0
6223	Eventos Realizados Durante Feiras	441	594	685	-152	-26%	37	49	57
6224	Comunicação	525	554	527	-29	-5%	44	46	44
6225	Seguros	0	68	401	-68	-100%	0	6	33
6226	Trabalhos Especializados	209	246	222	-36	-15%	17	20	19
6227	Vigilância e Segurança	481	378	539	103	27%	40	31	45
		<b>2.270</b>	<b>2.450</b>	<b>3.111</b>	<b>-180</b>	<b>-7%</b>	189	204	259
6230	Serviços Informática	60	46	48	14	30%	5	4	4
6231	Transporte de Equipamentos	975	871	979	104	12%	81	73	82
6232	Transporte de Pessoal	53	46	52	8	16%	4	4	4
6233	Deslocações e Estadias	325	348	278	-23	-6%	27	29	23
6235	Honorários	437	555	585	-118	-21%	36	46	49
6236	Contencioso e Notariado	11	0	29	11	100%	1	0	2
6237	Serviços Bancários	47	68	55	-21	-30%	4	6	5
6296	Equipamentos de Baixo Valor	483	224	2.775	259	115%	40	19	231
6298	Outros Fornecimentos e Serviços	1.318	5.161	1.481	-3.842	-74%	110	430	123
6299	Outros Fornecimentos	329	691	347	-363	-52%	27	58	29
		<b>4.038</b>	<b>8.010</b>	<b>6.629</b>	<b>-3.972</b>	<b>-50%</b>	337	667	552
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8.773</b>	<b>13.022</b>	<b>11.568</b>	<b>-4.249</b>	<b>-33%</b>	731	1.085	964

- a) Os gastos com FSE com maior peso absoluto foram: Outros serviços (1.318 cts), Transporte Equipamentos (975 cts), Publicidade (734 cts), Electricidade (697 cts), Conservação (544 cts), Comunicação (525 cts) e Crachá/convites/complementares (524 cts).
- b) A redução geral de 4.249 cts é justificada pela diminuição relevante dos Outros serviços (- 3.842cts), pois, em 2018 não se organizou nenhuma feira por conta de terceiros.
- c) Constatamos que é prática da FIC celebrar protocolos e contratos de prestação de serviços com terceiros (exemplos: IMPAR e Armando Cunha) devendo os gastos respectivos ser compensados com rendimentos referentes a sua participações nas feiras.

*Desaconselhamos vivamente tal prática. Por uma questão de transparência tanto da gestão, como das informações financeiras e mesmo de clareza das declarações fiscais,*

*recomendamos o registo dos gastos (facturação da SIC) e dos rendimentos (facturação dos parceiros) em separado mesmo que sejam de igual valor*

#### 4.1.4 OUTROS GASTOS (527 cts)

Codigo	OUTROS GASTOS	2018	2017	2016	Variação 18-17	%	media mensal		
68113	Imposto Circulação Automóvel	2	2	2	0	0%	0	0	0
68123	Imposto Selo	1	3	1	-1	-47%	0	0	0
6813	Taxas	2	47	5	-45	-95%	0	4	0
	<b>IMPOSTOS</b>	<b>6</b>	<b>52</b>	<b>8</b>	<b>-46</b>	<b>-89%</b>	0	4	1
6873	Abates	29	0	0	29	#DIV/0!	2	0	0
	<b>GASTOS INVEST.N/FINANCEIROS</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>29</b>	<b>#DIV/0!</b>	2	0	0
6881	Correcções Relat. Período Anteriores	451	0	10	451	#DIV/0!	38	0	1
6883	Quotizações	18	42	42	-24	-57%	2	4	4
6885	Insuficiência Estimativa Imposto	0	0	35	0	#DIV/0!	0	0	3
6888	Outros não Especificados	24	105	22	-82	-77%	2	9	2
	<b>OUTROS</b>	<b>492</b>	<b>147</b>	<b>109</b>	<b>345</b>	<b>234%</b>	41	12	9
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>527</b>	<b>199</b>	<b>117</b>	<b>328</b>	<b>165%</b>	<b>44</b>	<b>17</b>	<b>10</b>

Destaca-se o montante de 451 cts de perdas de exercícios anteriores, composto por:

- 375 cts de uma nota crédito emitida à Unitel T+ em Out/18 para anulação de parte da participação na FIC 2017;
- 75 cts de aluguer de viatura de 23-05-17 a 05-06-17, facturado em 2019.

## 4.2 RENDIMENTOS

### 4.2.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (25.309 cts)

COD	RENDIMENTOS	2018	2017	2016	Variação 18-17	%	media mensal		
721	ALUGUER STAND	22.332	19.224	19.575	3.108	16%	1.861	1.602	1.631
72111	STAND INTERIOR	21.614	19.224	18.457	2.390	12%	1.801	1.602	1.538
72114	STAND EXTERIOR	718	0	1.118	718		60	0	93
722	MOBILIÁRIO	604	588	438	16	3%	50	49	36
7221	MOBILIÁRIO C/IVA	604	588	438	16	3%	50	49	36
723	ALUGUER ESPAÇO INTERIOR/EXTERIOR	1.417	2.288	2.514	-870	-38%	118	191	210
724	BILHETEIRA	491	646	571	-155	-24%	41	54	48
725	SERVIÇOS SECUNDÁRIOS	465	1.528	1.249	-1.063	-70%	39	127	104
726	ORGANIZ/MONTAG/DESMONTAG. EVENTOS	0	5.337	5.893	-5.337	-100%	0	445	491
	<b>TOTAL PRESTAÇÕES SERVIÇOS</b>	<b>25.309</b>	<b>29.611</b>	<b>30.240</b>	<b>-4.302</b>	<b>-15%</b>	<b>2.109</b>	<b>2.468</b>	<b>2.520</b>

- A redução de 4.302 cts em relação a 2017 deve-se ao facto de em 2018 a FIC não ter organizado nenhuma feira por conta de terceiros.
- Os patrocínios recebidos para a realização das feiras vêm sendo registados na conta aluguer de STANDS.
 

*Por serem rendimentos muito específicos e porque os valores envolvidos são relevantes, recomendamos que seja criada uma conta própria para o registo desses rendimentos.*
- Comparamos o montante da facturação reconhecido na Contabilidade e o da Gestão Comercial e constatamos não haver diferenças que justifiquem regularização:

FIC - COMPARAÇÃO ENTRE P. SERVIÇOS DA G. COMERCIAL E CONTABILIDADE	
FACTURAS DA G. COMERCIAL	25.788.445,39
N. CREDITOS DA G. COMERCIAL	-816.556,52
<b>TOTAL P.SERVIÇOS DA G.COMERCIAL</b>	<b>24.971.888,87</b>
N. CRED Nº 1/2018 - ANUL PARTE PARTICIPAÇÃO FIC 2017 DA UNITEL T+	375.000,00
ACRESCIMO DE PARTICIPAÇÃO NA FIC 2018 - FACTURADO EM 2019 A ALUCAR	34.783,00
FACTURA Nº 1/2018 - REGISTADO NA CONTA 7886	-49.500,00
FACTURA Nº 4/2018 - REGISTADO NA CONTA 7886	-4.500,00
FACTURA Nº 5/2018 - REGISTADO NA CONTA 7886	-6.000,00
FACTURA Nº 65/2018 - REGISTADO NA CONTA 7886	-1.740,00
FACTURA Nº 175/2018 - REGISTADO NA CONTA 7886	-10.087,00
FACTURA Nº 184/2018 - REGISTADO NA CONTA 7886	-1.200,00
<b>TOTAL P.SERVIÇOS DA G.COMERCIAL CORRIGIDO</b>	<b>25.308.644,87</b>
<b>TOTAL P.SERVIÇOS DA CONTABILIDADE</b>	<b>25.308.650,00</b>
<b>DIFERENÇA G. COMERCIAL E CONTABILIDADE</b>	<b>-5,13</b>

#### 4.2.2 OUTROS RENDIMENTOS (183 cts)

COD	RENDIMENTOS	2018	2017	2016	Variação 18-17	%	media mensal		
7816	OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	0	661	0	-661	-100%	0	55	0
	<b>RENDIMENTOS SUPLEMENTARES</b>	<b>0</b>	<b>661</b>	<b>0</b>	<b>-661</b>	<b>-100%</b>	0	55	0
782	DESCONTOS PRONTO PAGTO OBTIDOS	4	176	93	-173	-98%	0	15	8
7882	EXCESSO ESTIMATIVA IMPOSTO	0	12	0	-12	-100%	0	1	0
7883	IMPUTAÇÃO SUBSÍDIOS P/INVESTIMENTO	105	53	0	53	100%	9	4	0
7886	ALCATIFAS E OUTROS ACESSÓRIOS	73	486	147	-413	-85%	6	41	12
7888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	1	30	1	-30	-98%	0	3	0
	<b>OUTROS</b>	<b>179</b>	<b>581</b>	<b>147</b>	<b>-402</b>	<b>-69%</b>	15	48	12
	<b>TOTAL OUTROS RENDIEMNTOS</b>	<b>183</b>	<b>1.418</b>	<b>240</b>	<b>-1.235</b>	<b>-87%</b>	15	118	20

Nada de relevante que justifique comentários

Mindelo, 16 de Agosto de 2018

A CONFIRA

PROPOSTAS DE AJUSTAMENTO DAS CONTAS DE 2018 (A SEREM REGISTRADAS NO EXERCÍCIO DE 2019)								
REG	DESCRIÇÃO	PT	CORREÇÕES		DEBITO	CREDITO	VALOR	COMENTARIOS
			AJUST	RECL				
R01	RECLASSIFICAÇÃO DA ANULAÇÃO DA DIVIDA DA ENAPOR	C1		X	5916	5911	13.504.640,00	CONCENTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS ANOS ANTERIORES NUMA ÚNICA CONTA.
	RECLASSIFICAÇÃO RESULTADOS DOS ANOS ANTERIORES				592	5911	8.974.270,11	
R02	ANULAÇÃO DIVIDA EMPA	D2	X		268800111	5911	708.199,00	A ENTIDADE NÃO EXISTE HÁ 15 ANOS. NÃO HAVENDO CREDOR NÃO HÁ PASSIVO
R03	ANULAÇÃO REALIZAÇÃO Cap.Social da FIC (DOCº 5104)	C1		X	252000118	2418	4.000.000,00	A AUTORIZAÇÃO DO MINFIN FOI PARA RESOLVER O SALDO DE 9.495 CTS DA PART. DO ACCIONISTA ESTADO. NÃO HÁ QUAQUER REFERENCIA À REALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO IADE/PROMEX/CVINV
R04	RECLASSIFICAÇÃO DO IUR DE 2012 E 2013 A PAGAR	E1.1		X	2422	2418	2.489.616,00	A CONTA CORRECTA É "2418 - IMPOSTO A PAGAR"
R06	ESTIMATIVA DE JUROS LEGAIS REIVINDICADOS PELA EXPOMUNDO)	D1	X		5911	298	1.890.626,82	CALCULADA À TAXA DE 8,5% POR UM PERÍODO DE 3,5 ANOS (JUN 2015 / DEZ 2018 )
R07	ACTUALIZAÇÃO JUROS LEGAIS S/DIVIDAS FISCAIS	D4	X		5911	298	3.672.000,00	ESTIMATIVA (sem exactidão) juros de mora sobre dividas fiscais, feita à taxa de 0,45% mds sobre valores e datas da contabilidade
R10	DEPRECIACÃO TOTAL GASTOS ADAPTAÇÃO INICIAL ESCRITORIOS	F	X		642	4382	624.048,00	ESCRITORIOS DA FIC VAO SER DESLOCALIZADOS EM 2019. DIFICIL RECUPERAR GASTOS. ESTAS OPERAÇÕES DEVEM SER REGISTRADAS NO FINAL DE 2019
	ABATE DOS GASTOS ADAPTAÇÃO INICIAL ESCRITORIO				4382	432	1.662.982,00	
R11	ACRÉSCIMO FÉRIAS E ENC SOCIAIS 2019	D3	X		63XX	2761	939.368,00	EM PRINCIPIO AS FERIAS SÃO GOZADAS NO ANO SEGUINTE AO RECRUTAMENTO. SE ASSIM TAMBÉM FOR NA FIC, NO FINAL DE CADA ANO A REMUNERAÇÃO DO MES DE FERIAS DEVIDO AO TRABALHADOR JÁ É UM PASSIVO E DEVE SER RECONHECIDO. ESTIMAMOS O MONTANTE DO LANÇAMENTO COM BASE NESTE PRESSUPOSTO. NAO TENDO SIDO LANÇADO EM 2018 O NOVO REGISTO DEVE SER FEITO NO FECHO DE 2019 FAVOR VERIFICAR SE O PRESSUPOSTO É VALIDO PARA A FIC E, NA SEQUENCIA, QUAL O VALOR REAL A RECONHECER.
R12	ACERTO DOS VALORES DE IMPUTAÇÃO DO SUBSIDIO INVESTIMENTO A RENDIMENTOS EM 2017 E 2018	H2	X		5911	283	38.078,00	A IMPUTAÇÃO DEVE SER FEITA NO MESMO Nº DE ANOS QUE A DEPRECIACÃO DO ACTIVO SUBSIDIADO
R13	ANULAÇÃO DIVIDAS INCOBRÁVEIS, CONFORME DECISAO DA ADMINISTRAÇÃO	K1	X		219	2111100219	899.000,00	UTILIZAÇÃO IMPARIDADE EXISTENTE EM 31-12-2018. NÃO AFECTA RESULTADOS DO ANO NEM RETIDOS
					219	2111100434	568.100,00	
					219	2111100532	26.000,00	
					219	2112100059	849.071,00	
					219	2112100060	22.699,00	
					219	2112100504	469.660,00	
R14	ANULAÇÃO DIVIDAS INCOBRÁVEIS, CONFORME DECISAO DA ADMINISTRAÇÃO	K1	X		684	2111100046	50.000,01	DIVIDAS INCOBRÁVÉS QUE NÃO ESTAVAM COBERTOS POR IMPARIDADE. AFECTA RESULTADOS DO ANO
					684	2111100155	250.159,00	
					684	2111100205	281.750,00	
					684	2111100577	12.191,00	
					684	2111100704	14.252,00	
					684	2112100543	18.546,00	
R15	CONSTITUIÇÃO IMPARIDADE S/DIVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA CONFORME DECISAO DA ADMINSTRACAO	K1	X		6512	219	113.421,00	DIVIDA CLIENTE CI-CV INVESTIMENTOS
					6512	219	529.000,00	DIVIDA CLIENTE CVMA/GMS
R16	ANULAÇÃO DIVIDAS INCOBRÁVEIS, CONFORME DECISAO DA ADMINISTRAÇÃO	K2	X		269	268700110	219.535,00	ANULAÇÃO DIVIDA FIL - TINHA IMPARIDADE. NÃO AFECTA RESULTADOS NEM DO ANO NEM RETIDOS
					683	268700205	300.000,00	
R17	ANULAÇÃO CHEQUE Nº 551 (BIA) - EXTRAVIADO P/OT LEVEL	L		X	1241	2211100194	33.550,00	INFORMAR BANCO SOBRE A ANULAÇÃO DO CHEQUE E EMITIR OUTRO EM SUBSTITUIÇÃO